

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.553.078 - RJ (2019/0221215-5)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**AGRAVANTE** : RAFAEL ARAGAO DE LIMA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**AGRAVADO** : ARC SOLUCOES LTDA  
**OUTRO NOME** : VALOR EXATO FOMENTO MERCANTIL LTDA.  
**ADVOGADO** : PAULA STERBLITCH LEMOS - RJ128849

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. HONORÁRIOS. MAJORAÇÃO.

1. Ação monitória.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
3. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
4. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido, com majoração de honorários.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por RAFAEL ARAGÃO DE LIMA, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

**Agravo em recurso especial interposto em:** 18/09/2018.

**Concluso ao gabinete em:** 03/10/2019.

**Ação:** monitória ajuizada por VALOR EXATO FOMENTO MERCANTIL LTDA. em face do agravante, devido ao crédito de R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais) referente à emissão de cheques pela parte contrária.

**Sentença:** rejeitou os embargos opostos pelo agravante e julgou procedente o pedido monitório, constituindo, de pleno direito, o título executivo judicial, nos termos constantes da petição inicial, no valor de R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais).

Fixou os honorários em 10% sobre o valor do débito atualizado. Suspendeu a execução dos honorários e das despesas processuais contra o

# *Superior Tribunal de Justiça*

embargante, face a gratuidade que deferiu, com fulcro no artigo 12 da Lei 1060/50.

**Acórdão:** negou provimento ao recurso interposto pelo agravante e majorou os honorários para 12% (doze por cento) sobre o valor do débito, conforme a seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA.  
DEMORA NA CITAÇÃO. PRESCRIÇÃO.  
INOCORRÊNCIA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA.

1. Embora já tenha decorrido mais de cinco anos da propositura da ação, sem que a parte ré fosse citada, a prescrição não pode ser decretada, eis que não houve desídia processual do exequente em promover o regular andamento do feito.

2. Forçoso reconhecer que a citação não foi realizada porque a parte autora não logrou localizar o réu, mas não deixou os autos paralisados, e promoveu as diligências necessárias ao regular impulso do feito.

3. RECURSO DESPROVIDO.

**Recurso especial:** alega violação do art. 240 do CPC. Sustenta que: a) "é quinquenal o prazo para ajuizamento de Ação Monitória em face de emitente de cheque sem força executiva, contado do dia seguinte à data de emissão estampada na cártula"; e b) "das datas constantes nos cheques, quais sejam 10 de maio de 2005 e 10 de junho 2005, até a data em que efetivamente o Recorrente foi citado, 26 de novembro de 2014, aproximadamente NOVE ANOS se passaram, sendo indiscutível a ocorrência da prescrição, já que esta não foi interrompida pelo primeiro despacho que determinou a citação do Recorrente".

## **RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**Julgamento:** aplicação do CPC/2015.

### **- Da ausência de prequestionamento**

O acórdão recorrido não decidiu acerca do art. 240 do CPC, indicado como violado, não tendo a parte agravante oposto embargos de

# *Superior Tribunal de Justiça*

declaração com vistas a suprir eventual omissão perpetrada pelo Tribunal de origem.

Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 282/STF.

## **- Do reexame de fatos e provas**

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à análise das condutas das partes, no que concerne às razões da demora para efetivar a citação, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 12% sobre o valor do débito para 14%, observada eventual concessão da gratuidade de justiça.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

**MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
Relatora